

Cadernos
IHU *ideias*



Ano 13 • nº 233 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Capitalismo biocognitivo e trabalho:
desafios à saúde e segurança

Elsa Cristine Bevian



Capitalismo biocognitivo e trabalho:
desafios à saúde e segurança

*Biocognitive capitalism and labor:
challenges to health and safety*

Elsa Cristine Bevilan

Resumo

O capitalismo biocognitivo que estamos vivenciando afeta de forma significativa o mundo do trabalho, a saúde e a segurança dos trabalhadores. Relações de resistência são urgentes, pois os trabalhadores vivenciam situações contraditórias diante da pressão e do assédio moral que sofrem. O adoecimento físico e mental dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, geram preocupação, especialmente com o sofrimento causado. Este adoecimento é consequência da competição e concorrência mundial exacerbadas – todas as empresas querem produzir mais, lucrar mais, em menor tempo e com menor custo, exercendo pressão sobre os trabalhadores e as trabalhadoras para que produzam em ritmo alucinado, além dos seus limites físicos e mentais. É a mais-valia a qualquer custo, sem se importar com a dignidade dos trabalhadores. Esta condição humana de falta de liberdade afetou a construção da identidade social dos trabalhadores e, em termos históricos, alcança a potencialização da alienação no estágio atual do capitalismo. O fenômeno social do adoecimento dos trabalhadores aponta contradições e conflitos sociais, e, no caso das ciências humanas, que estão atentas a como os fatos se apresentam, *por que e para que* tornam-se questões interessantes para compreensão e explicação de fenômenos que se relacionam com os destinos dos trabalhadores na vida em coletividade.

Palavras-chave: Capitalismo biocognitivo; saúde do trabalhador; resistência social.

Abstract

The biocognitive capitalism that we are experiencing significantly affects the world of labor as well as workers' health and safety. Relationships of resistance are urgent, since the workers are experiencing contradictory situations in relation to the pressure and moral harassment that they are undergoing. The fact that the workers fall physically and mentally ill, as they are the victims of the constant restructuring and the growing precarity of processes and relationships in the work environment, is a cause of concern, especially with the suffering caused in this way. This phenomenon of falling ill is a consequence of the exacerbated worldwide competition – all companies want to produce more, to profit more, in a shorter period of time and at lower costs, which puts pressure on the workers, who are expected to produce in an hallucinating pace, beyond their physical and mental limits. This is added value at any cost, without caring about the workers' dignity. This human condition of lack of freedom has affected the construction of the workers' social identity and, in historical terms, reaches the potentiation of alienation at the present stage of capitalism. The social phenomenon of the workers' falling ill points to social contradictions and conflicts, and, in the case of the human sciences, which pay attention to how the facts present themselves, why and what for become interesting issues to understand and explain phenomena that are related to the destinies of workers in collective life.

Keywords: biocognitive capitalism; workers' health; social resistance.

Cadernos
IHU *ideias*

**Capitalismo biocognitivo e trabalho:
desafios à saúde e segurança**

Elsa Cristine Bevia

Fundação Universidade Regional de Blumenau

ano 13 • nº 233 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 233 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Áttila Alexius

Imagem da capa: Natália Scholz

Revisão: Carla Bigliardi

Edição eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

CAPITALISMO BIOCOGNITIVO E TRABALHO: DESAFIOS À SAÚDE E SEGURANÇA

Elsa Cristine Bevian

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Há um fenômeno crescente de adoecimento físico e mental dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, gerando preocupação, especialmente com o sofrimento causado. O corpo sofre, unindo a subjetividade do perceber e a objetividade do exprimir, que se sujeita, violentando seu desejo e seu querer, para sobreviver. Os trabalhadores, muitas vezes, não podem ser, eles mesmos, humanos, precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão – representam um personagem. Esta *des-humanização* do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, no sistema musculoesquelético, neurológico, na pele, no sistema digestivo, circulatório e em outros inúmeros diagnósticos.

A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho. Os gestos exigidos pelo trabalho são vazios de sentido e ocultam a possibilidade de mudar a situação. “A gestão é desenhada de forma a evitar espaços de manifestação dos afetos e dos sentimentos, negando a função reguladora da subjetividade no ato de trabalhar” (ABRAHÃO E SNEIWAR, 2008).¹

O poder produz verdades e sujeição. É possível ao corpo uma outra realidade, ser e fazer diferente? É possível alguma saída neste capitalismo biocognitivo² – definição terminológica do capitalismo contemporâneo, utilizada por Andrea Fumagalli, em que há a junção do capitalismo cognitivo com a bioeconomia – em que vivemos? Para Fumagalli, a “essência da economia política moderna” é a que foi muito bem expressada em *A fábula das Abelhas*, por Bernard Mandeville, em 1714:

1 ABRAHÃO, Julia Issy; SNEIWAR, Laerte Idal. *Entre a tarefa e a atividade*. In MENDES, Ana Magnólia (Org.). Trabalho & saúde: o sujeito entre a emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2008, p.112.

2 FUMAGALLI, Andrea. *A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda*. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/546918-a-morte-da-democracia-e-a-farsa-neoliberal-da-neutralidade-da-moeda-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acessado em: 27 set. 2015.

Estabeleci como máximas, que devemos cumprir sempre, que os pobres sejam rigorosamente obrigados a trabalhar e que é prudente aliviar as necessidades deles, mas que é loucura eliminar tais necessidades [...] A riqueza mais segura consiste numa multidão de pobres que trabalham.³

Mandeville escreveu isso como fábula, que serve para descrever o que ele percebia como realidade do seu tempo – já no século XVIII! Por isso, diz Fumagalli, que é singular esta afirmação, ou seja, “não pode haver capitalismo sem haver pobres e trabalhadores... Sem eles não há vida moderna!”⁴. Para Fumagalli, o “biocapitalismo cognitivo” contém como características:

a produção não se limita unicamente aos bens materiais; as mercadorias são algo cada vez mais intangível, dificilmente mensuráveis e quantificáveis, fruto das faculdades relacionais, afetivas e cognitivas dos seres humanos; a produção não se baseia num esquema homogêneo e estandardizado de organização do trabalho, mesmo prescindindo do tipo de bem que é produzido [...]; a produção laboral modificou-se tanto quantitativa quanto qualitativamente[...].⁵

O trabalho, assim como é organizado hoje, não nos torna livres. As profundas transformações tecnológicas e produtivas dos últimos trinta anos mudaram o modo de trabalhar, exigindo cada vez mais o envolvimento das faculdades mentais e relacionais dos seres humanos.⁶

Esta condição humana de falta de liberdade afetou a construção da identidade social dos trabalhadores, e, em termos históricos, alcança a potencialização da alienação no estágio atual do capitalismo. As estruturas sociais estão enfraquecidas, com a quebra da solidariedade social, chegando a uma “sociedade líquida”. Será que há solução, uma forma de reverter esta conjuntura? E se houver, brotará das instituições ou da resistência dos indivíduos? O que legitima o poder? Para os autores Hannah Arendt e Michel Foucault, necessitamos de uma nova economia das relações de poder, pois vivenciamos ‘lutas transversais’, que são efeitos de poder de uns sobre os outros. Relações de resistência ou de aceitação. O poder produz verdades e sujeição e parte de uma instância individual para uma instância maior. A prática da liberdade é colocar-se no limite e a verdade é tensão entre o limite e a possibilidade. Hannah Arendt preconizou a dificuldade de restaurar a ação/política na atualidade, no entanto

3 MANDEVILLE, Bernard. *A fábula das abelhas, ou seja, vícios privados, benefícios públicos*. Original é de 1714.

4 FUMAGALLI, Andrea. *Lavoro male comune*. Milano: Pearson Italian, 2013, p. 10.

5 FUMAGALLI, 2013, p.46-47.

6 FUMAGALLI, 2013, p.81.

alerta que a humanidade precisa encontrar a solução, como “os microrganismos vivos, que através da mutação, conseguem sobreviver à ação dos antibióticos, que misteriosamente produzem novas variedades para resistir a nós”.⁷

Esta realidade do adoecimento é revelada pelos números estatísticos e nos faz questionar: por que o ser humano adoce? Por que adquire LER/DORT? Por que extrapola seus limites a ponto de machucar e causar sequelas ao seu corpo? Este adoecimento é consequência da competição e concorrência mundial exacerbadas – todas as empresas querem produzir mais, lucrar mais, em menor tempo e com menor custo. O resultado é a pressão que as empresas exercem sobre os trabalhadores e as trabalhadoras para que produzam em ritmo alucinado, além dos seus limites físicos e mentais. Para conseguir tais objetivos, em muitos casos, as empresas utilizam-se de métodos perversos como o assédio moral, atingindo a subjetividade dos trabalhadores. Este é um fenômeno local e global, acontece em nossos municípios, no Brasil e em todos os continentes, inclusive em países que muitas vezes são considerados modelos de sociedade desenvolvida e justa, como, por exemplo, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, China e Coreia do Sul.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸ estima que, a cada ano, 2,34 milhões de pessoas morrem de acidentes ou enfermidades relacionadas com o trabalho, equivalendo a algo em torno de 6.300 mortes diárias. Deste número, em torno de 2,2 milhões falecem em função de alguma dentre as muitas enfermidades profissionais que existem. A OIT calcula que a cada ano se produzem 317 milhões de acidentes laborais não mortais, assim como 160 milhões de casos de enfermidades não mortais relacionadas com o trabalho. A cada 15 segundos, um trabalhador morre de acidentes ou doenças relacionadas com o trabalho e 115 trabalhadores sofrem um acidente laboral. Os dados da OIT colocam o Brasil como quarto colocado no ranking mundial de acidentes fatais de trabalho. No mesmo documento, informa que os tipos e as tendências das enfermidades mencionadas variam consideravelmente.⁹ Na China, se-

7 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.404.

8 Organização Internacional do Trabalho. *La Prevencion de Las Enfermedades Profesionales*. Publicado em 28 abr. 2013. http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic_/gender/doc/dia282013b_1007.pdf. Acessado em: 11 ago. 2014.

9 O referido documento não informa comunicação do Brasil quanto às enfermidades. Segundo Oliveira Silva (2013, p.219-220), não há estatísticas confiáveis a respeito dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, pois a notificação às organizações estatais é incompleta. Cita YNOÑAN (nota 609), o qual afirma que é notória a falta de coordenação entre as entidades responsáveis como Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social.

gundo comunicação enviada pelo país à OIT, o maior número de enfermidades profissionais é provocado pela exposição ao pó; a Argentina comunicou à OIT que o maior número de casos refere-se aos transtornos musculoesqueléticos (TME) e patologias respiratórias; o Japão referiu que as patologias mais frequentes são na região lombar e pneumoconioses, assim como um número significativo de indenizações por transtornos mentais provocados pelo trabalho; o Reino Unido, com maior número de pneumoconioses e osteoartrites. Os Estados Unidos informaram à OIT, em 2011, que os transtornos de saúde mais frequentes são problemas na pele, perda de audição induzida pelo ruído e patologias respiratórias.

Segundo as estatísticas nacionais e internacionais, assim como da OIT, os casos de transtornos musculoesqueléticos aumentaram significativamente nas últimas décadas e há estudos que relacionam o estresse com as patologias musculoesqueléticas, cardíacas e digestivas, e com graves transtornos cardiovasculares. A OIT alerta que a crise econômica e a recessão do sistema capitalista estão levando a um aumento de estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais relacionados com o trabalho, provocando, inclusive, em alguns casos, o suicídio. No Brasil, o número de suicídios aumentou em 705% nos últimos 16 anos, segundo Miguel Jorge, professor associado de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, que considera “o estresse e a grande competitividade profissional como causas importantes desse aumento”.¹⁰

Não há dúvidas de que as relações no mundo do trabalho estão passando por profundas transformações, especialmente desde a década de 70 do século XX, com a globalização da economia e com a ocidentalização do modelo produtivo japonês. A globalização é um fenômeno que acontece desde o século XV, e, em 1848, Marx e Engels, quando escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*, já afirmaram que os trabalhadores do mundo inteiro teriam de se unir na luta, caso quisessem vencer as forças destrutivas do capital na arena do mundo e construir uma economia política alternativa que pudesse atender aos seus próprios desejos, necessidades e vontades num mundo bem mais igualitário. O *Manifesto* expressa todo o movimento da globalização:

A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda parte, estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo em todos os

10 CAMBRICOLI, Fabiana. No Brasil, mortes por depressão crescem 705% em 16 anos. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2014/08/18/no-brasil-mortes-por-depressao-crescem-705-em-16-anos.htm>. Acessado em: 15 jun. 2015

países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria a base nacional em que estava assentada. As velhas indústrias nacionais são destruídas e, dia a dia, continuam a sê-lo. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas; indústrias que já não trabalham matérias-primas nacionais, mas sim as oriundas das regiões mais afastadas, cujos produtos são consumidos simultaneamente tanto no próprio país quanto em todos os continentes. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que exigem, para a sua satisfação, produtos dos países mais longínquos e de climas os mais diversos. Em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, surgem um intercâmbio generalizado e uma generalizada dependência entre as nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. Os produtos espirituais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais mostram-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.¹¹

Vivenciamos também uma interdependência econômica cada vez maior, tornando o capitalismo mais complexo e ampliando o desafio de redução de suas perversidades para as estruturas sociais (Sindicatos, Estados nacionais) e jurídicas (Direito do Trabalho e seus institutos tradicionais). Os mercados financeiros fornecem o lubrificante para o processo de acumulação no sistema capitalista, e a acumulação acontece com o endividamento dos cidadãos e das instituições.

Os mercados financeiros são o coração batendo, o conhecimento do cérebro, as atividades relacionais, o sistema nervoso. O capitalismo biocognitivo é um corpo único, no qual não é possível separar a esfera do “real” da esfera “financeira”; a esfera produtiva, da esfera improdutiva; o tempo de trabalho, do tempo de vida; e a produção, da reprodução e do consumo.¹²

Na mesma perspectiva, Santos confirma que a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades,¹³ e é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.¹⁴ Embora não seja objetivo aqui sustentar que a globalização vigente só seja compreensível e justificável pela existência do capitalismo, podemos dizer que os fatores que

11 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Extraído de Obras Escolhidas, em 3 v. de K. Marx e F. Engels. Tradução da Editorial Vitória Ltda. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001.

12 FUMAGALLI, Andrea. *Ídem*, 2013.

13 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012, p.19.

14 SANTOS, Milton, *Ídem*, p.23.

contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual, segundo Santos, são: “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”.¹⁵ Com a mais-valia globalizada e a competitividade acirrada no mercado mundial, as exigências sobre os trabalhadores para que elas façam suas jornadas, trabalhem mais tempo, produzam mais em menores medidas de tempo, em ritmos acelerados, estão provocando o adoecimento dos trabalhadores. Este adoecimento em decorrência da atividade laboral é legalmente definido pela legislação brasileira como doença ocupacional.

A doença ocupacional é espécie de acidente de trabalho, cujo conceito é estabelecido legalmente como evento infortunístico que provoca lesão corporal ou perturbação funcional, no exercício ou por motivo do trabalho. Resulta de causa externa, súbita, imprevista ou fortuita, determinando a incapacidade do empregado para o trabalho, total ou parcial, permanente ou temporária, ou a sua morte.¹⁶ O acidente do trabalho, assim compreendido, provoca incapacidade por ser decorrente de fato lesivo à saúde física ou mental. O nexo causal entre este – o fato lesivo – e o trabalho integram o seu conceito. A lesão é caracterizada por dano físico-anatômico ou mesmo psíquico. A perturbação funcional implica dano fisiológico ou psíquico nem sempre aparente, relacionada com órgãos ou funções específicas. Já a doença caracteriza-se pelo estado mórbido de perturbação da saúde física ou mental, com sintomas específicos em cada caso.

Há ainda outros fatores, como a má gestão, a falta de educação e cultura de segurança nas empresas, a falta de fiscalização pela falta de auditores fiscais do trabalho e estrutura eficaz do Ministério do Trabalho e Emprego, as economias perigosas e o lucro a todo custo, os quais favorecem as tragédias humanas que atingem trabalhadores todos os dias no Brasil. Os auditores fiscais estão inclusive fazendo um movimento e elaborando abaixo-assinado para entregar à Presidência da República brasileira, pois hoje o Brasil mantém um quadro de pouco mais de 2 mil Audi-

15 SANTOS, Milton, *Idem*, p.24.

16 A Lei 8213/91, em seu art. 19, amplia o conceito da Lei 6367/76, quando traz a expressão “Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei.” O referido inciso VII trata dos segurados especiais: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a ele equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

tores para todo o país, quando deveria ter, no mínimo, mais de 9 mil profissionais.

Milhares de trabalhadores e suas famílias sofrem com mortes, mutilações, distúrbios mentais provocados por ambientes de trabalho inseguros, revelando um quadro muito sério e grave. Além da dor e do sofrimento, os trabalhadores vivenciam uma conseqüente desagregação familiar, aumento da pobreza com a morte, mutilação, afastamentos temporários e permanentes do trabalho, a discriminação e o preconceito. O trabalhador está sendo tratado como simples meio, e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária permanece no campo ideal.

A tecnologia está substituindo trabalhadores e eliminando postos de trabalho em todos os ramos econômicos, em larga escala, no planeta. Há mais exigências das empresas sobre os trabalhadores: explorar ao máximo para diminuir o custo, reestruturação produtiva, sistema célula, em que o próprio trabalhador é o “lobo” do trabalhador; não há mais solidariedade, amizade, nem humanismo no ambiente de trabalho, só cobranças e exigências.

A situação tende a piorar com a promoção de políticas de flexibilização e de precarização do mercado de trabalho e de rígidos cortes no Estado social. O trabalhador está “ensimesmado”, como afirma Giovanni Alves, um traço candente do sentido humano que caracteriza o estranhamento da vida social na era do capitalismo manipulatório. As pessoas acabam mergulhando no mundo da solidão profunda do ser, aceitando a imediatividade de sua condição de proletariedade, imposta pelo *status quo*, sem veleidade de “transcendência” e sem verdadeira aspiração de autodeterminação. Alves afirma que nossa vida está sendo reduzida, o que significa *vida veloz, vida sinalizada, vida enxuta, vida capturada e vida invertida*. Vivenciamos a barbárie social e é urgente ou pelo menos desejável que haja resistência.

Para Ricardo Antunes, é um contexto de ajuste fiscal, crise política, de retração momentânea dos setores da esquerda e de uma ofensiva dos setores da direita e suas conseqüências são muito nefastas. “A resposta só pode vir dos sindicatos, dos movimentos sociais, da periferia, dos sindicatos da classe trabalhadora e dos vários setores de esquerda que são comprometidos com a classe trabalhadora.”¹⁷ É necessário resgatar e reforçar os laços culturais de classe.

17 ANTUNES, Ricardo. *Não se deve jamais regulamentar a terceirização, mas impedi-la*. <http://www.esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-Nao-se-deve-jamais-regulamentar-a-terceirizacao-mas-impedi-la>. Acessado em: 11 abr. 2015.

Se este é o quadro brasileiro, não se pode esquecer que algo semelhante ocorre noutros países, inclusive em países que muitas vezes são considerados modelos de sociedade desenvolvida e justa. Na Alemanha, por exemplo, também há problemas nas relações de trabalho, com adoecimento dos trabalhadores. Em diálogo com Stephan Voswinkel¹⁸, sociólogo que trabalha com pesquisas relacionadas ao trabalho, no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, ele fez uma leitura do mundo do trabalho a partir de uma perspectiva socioliberal. Relatou como se dão as relações de trabalho na Alemanha, a partir de suas observações e pesquisas com trabalhadores que têm síndrome de Burnout¹⁹ e sofrem de depressão. Não faz análise física das doenças, somente análise psicológica. Relatou que os trabalhadores não assumem sua doença psíquica, não reconhecem isto, em função de que podem ser ridicularizados pelos colegas de trabalho ou chefia. Muitos dos trabalhadores pesquisados trabalham muito, batem o cartão e voltam a trabalhar. Quando se afastam para fazer tratamento em alguma clínica, ao retornar dizem que estavam de férias, para não serem ridicularizados pelos colegas. “Autosubjetivação repressiva”, do silêncio, silenciando seus sentimentos, tornando este silêncio uma pressão psicológica, tendo como consequência a depressão.

Em outro diálogo realizado com Hermann Kocyba²⁰, igualmente sociólogo que trabalha com pesquisas no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, nos foi relatado um paradoxo vivido pelo trabalhador na Alemanha: de um lado ele tem que ser criativo, produtivo e, por outro lado, não pode expressar a espontaneidade para ninguém. Falou sobre a falsa solidariedade que os colegas demonstram, pois, pelo fato de se ausentarem

18 Diálogo realizado no Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*), em Frankfurt, em 7 de fevereiro de 2014.

19 A síndrome de Burnout (do inglês *to burn out*, queimar por completo), também chamada de síndrome do esgotamento profissional, foi assim denominada pelo psicanalista nova-iorquino Freudenberg, após constatá-la em si mesmo, no início dos anos 1970. A dedicação exagerada à atividade profissional é uma característica marcante de *Burnout*, mas não a única. O desejo de ser o melhor e sempre demonstrar alto grau de desempenho é outra fase importante da síndrome: o portador de Burnout mede a autoestima pela capacidade de realização e sucesso profissional. O que tem início com satisfação e prazer termina quando esse desempenho não é reconhecido. Nesse estágio, a necessidade de se afirmar e o desejo de realização profissional se transformam em obstinação e compulsão; o paciente nesta busca sofre, além de problemas de ordem psicológica, forte desgaste físico, gerando fadiga e exaustão. Fonte: KRAFT, Ulrich. Esgotamento total. Revista Mente Cérebro. Junho de 2006.

Disponível em: http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/esgotamento_total.html. Acessado em: 04 ago. 2014.

20 Diálogo realizado no Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*), em Frankfurt, em 10 de fevereiro de 2014.

por problemas de saúde, são cobrados por sobrecarregar os demais. Não é mais o chefe que faz cobranças, e sim os colegas de trabalho, pelo sistema de trabalho por produção da equipe (célula). Há uma solidariedade aparente, falsa solidariedade. O único objetivo passa a ser a produção, e o humano fica de lado. A 'solidariedade' não é uma preocupação com o sofrimento do outro, mas uma preocupação no sentido de que o outro esteve ausente do local de trabalho, ou seja, não estava presente para produzir. Disse que não há estatísticas das doenças, mas as doenças físicas são consequência, ou tão somente psicossomáticas. Afirmou que os trabalhadores sofrem assédio moral torturante.

As mudanças no mercado do trabalho (flexibilização, expansão do setor de baixa remuneração) e a distribuição crescentemente desigual das rendas do trabalho levantam cada vez mais perguntas relativas à justiça salarial na Alemanha. Uma considerável parte dos empregados do país – aproximadamente um terço deles – percebe a própria renda do trabalho como baixa demais e consequentemente injusta, segundo Reinhard Schunk, Carsten Sauer e Peter Valet²¹. Isto tem consequências concretas para os atingidos: uma renda percebida como injusta pode levar a prejuízos de saúde causados por estresse. Como a sensação de não ser adequadamente remunerado pelo seu trabalho prevalece, especialmente com empregados de baixa qualificação e empregados com salários por hora baixos, com isso aumentam também as desigualdades das condições de saúde.

Enquanto isto, na Itália, um dos mais conhecidos intelectuais e criador do conceito de "operaísmo", Mario Tronti, no livro *Operai e Capitale*²², publicado em 1966 – obra que se tornou o texto fundamental do operaiismo italiano²³ e que marcou, desde a década de 1960, o debate internacional de esquerda –, ao reler sua obra, em 2006, declara que, décadas atrás, as classes e a luta de classes eram claramente determinadas pelo trabalho. Tronti chama a atenção de que, sobretudo a partir da metade do século XX, se percebia uma clara luta de classes e a própria classe tinha seu campo e seu próprio bloco social. Uma classe tinha necessidade de outra, na sua contraposição.

21 SCHUNK, Reinhard; SAUER, Carsten e VALET, Peter. *Macht Ungerechtigkeit krank? Gesundheitliche Folgen von Einkommens(um)gerechtigkeit* (Injustiça causa doença? Consequências de (in)justiças salariais para a saúde). WSI Mitteilungen. Inhalt 8/2013, 66. Jahrgang, p.553 a 561.

22 TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, 1966.

23 Operaiismo é um movimento político marxista heterodoxo e antiautoritário – ou neomarxista – surgido na Itália, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, que trabalhava a renovação do marxismo diante dos impasses do segundo pós-guerra para o movimento operário e para a esquerda.

Já no século XXI, percebe-se praticamente uma ausência de luta de classes no sentido marxiano, por mais que se possam verificar frágeis sinais do que antes aparecia de forma muito evidente. E o principal inimigo, no terreno teórico, é a antipolítica, sem deixar de assinalar que o discurso sobre o fim da política é um discurso político.

Segundo Lazzarato, “há dez anos a Alemanha promove políticas de flexibilização e de precarização do mercado de trabalho e de rígidos cortes no Estado social”.²⁴

Foi o governo “vermelho-verde” de Schröder que introduziu, entre 2000 e 2005, a maioria das leis que estão na origem da situação atual: as de um “pleno emprego precário”, que transformaram desempregados e “inativos” numa impressionante massa de *working poors*. Servem um mínimo de história e alguns dados para escancarar as misérias do modelo alemão que a *troika* (Europa, FMI e Banco Central Europeu) está impondo a todos os países europeus. Entre 1999 e 2005, o governo “vermelho-verde” levou adiante, apoiando-se no slogan “*Fördern und fordern*” (promover e exigir), quatro reformas, da assistência ao desemprego e do mercado de trabalho, uma mais catastrófica do que a outra (ver Leis Hartz).²⁵

O autor afirma que em janeiro de 2003 a Lei Hartz II introduziu os contratos “mini-job”, uma espécie de contrato de trabalho inferior legalizado (livram os empregadores das contribuições sociais e não garantem a quem foi empregado nem a cobertura para o desemprego nem aposentadoria), e os contratos “midi-job” (salário entre 400 e 800 euros), empurram todos a se tornarem empreendedores da própria miséria.

Em janeiro de 2004, a Lei Hartz III reestrutura as agências para o emprego nacionais e federais, com o objetivo de intensificar o controle dos comportamentos e da vida e o acompanhamento individual dos trabalhadores pobres. Uma vez prontos os dispositivos de governo dos trabalhadores pobres, o governo vermelho-verde aprova uma série impressionante de leis para “produzi-los”. A Lei Hartz IV, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2005, prevê a redução da duração das indenizações de três para um ano, o enrijecimento das condições de acesso e a obrigação de aceitar qualquer trabalho proposto. Para ter direito ao subsídio de desempregado, é preciso ter sido admitido por pelo menos doze meses no curso dos dois anos precedentes à perda de emprego. Após um ano de subsídio, o desempregado receberá a ajuda social (equivalente a uma

24 LAZZARATO, Maurizio. *A fábrica do homem endividado*. Ensaio sobre a condição neoliberal. Trad. Itál. Roma: Derive Approdi, 2012, p.5-21. Tradução portuguesa de Selvino José Assmann, p.3-4.

25 LAZZARATO, Maurizio. *Ídem*, p.03.

renda de solidariedade) igual a 359 euros por pessoa, reavaliado em 374 euros. Um relatório da agência federal para o emprego indica que um trabalhador em cada quatro que perde o emprego recebe diretamente a ajuda social (*Arbeitslosengeld II*: ALG II) e não a indenização de desempregado (ALG I). O motivo está na tipologia do emprego que o trabalhador acabou de perder: precário ou mal pago.

A Lei Hartz IV prevê ainda a redução das indenizações pagas aos desempregados de longa duração que rejeitarem aceitar trabalhos subqualificados. Neste caso, os desempregados devem aceitar empregos de um salário de 1 euro por hora (adicional à ajuda-desemprego que percebem). Outra possibilidade é a de reduzir as indenizações dos desempregados que têm poupanças e, portanto, possibilidade de acesso às contas bancárias dos “assistidos”. Possibilidade de avaliar a qualidade do alojamento do “assistido” e de pedir, se necessário, uma transferência. Interessante observar, neste item, que se o cidadão já está numa condição de dificuldade econômica, ele perde inclusive seu direito de sigilo bancário, o que não acontece com quem tem muito dinheiro acumulado, concentrado em contas bancárias. O controle da vida do indivíduo é quase total!²⁶

Lazzarato afirma que os beneficiários da ajuda social Hartz IV são estimados em 6,6 milhões, dos quais 1,7 milhão são crianças. Os restantes 4,9 milhões de adultos são na realidade *working poors* – empregados por menos de 15 horas semanais.

Em maio de 2011, as estatísticas oficiais já declaravam cinco milhões de contratos mini-job, com um aumento de 47,7%, apenas precedidos pelo boom do que é provisório (134%). Trata-se de formas de contrato muito difundidas também entre os aposentados: 660.000 deles acumulam as aposentadorias a um mini-job.²⁷ Uma parte importante da população, 21,7%, em 2010, foi assumida part-time.²⁸

Na China, Estado de partido único com governo altamente centralizado, que se tornou famosa como a primeira Nação na localização de baixo custo de produção do mundo, os trabalhadores também estão sofrendo com as transformações no mundo do trabalho, com jornadas de

26 Outro paradoxo do sistema econômico, como analogia, são as taxas de juros menores aplicadas para quem tem muito dinheiro; ao contrário, quem tem pouco dinheiro, paga taxas maiores.

27 Se, com relação ao total representam apenas 3%, em termos de fluxo estão em constante aumento. Em 2000, eram apenas 416.000. Mas em dez anos o seu número aumentou 58%. Em 2007, o governo alemão elevou a idade de aposentadoria de 65 para 67 anos, quando a idade real de aposentar-se é de 62,1 anos para os homens e de 61 para as mulheres, o que comporta uma precarização e um abaixamento do nível das prestações.

28 LAZZARATO, Maurizio. *Idem*, p.03.

trabalho exaustivas, ritmos acelerados etc., segundo pesquisa realizada por Boy Lüthje:

Seu desenvolvimento industrial tem sido caracterizado pela coexistência de setores industriais em vários níveis de desenvolvimento, distribuídos por uma diversidade de regiões governadas por governos locais e socialmente separados ao longo da divisão entre a população urbana e rural. Esta coexistência de indústrias, grupos e regiões com predominância de baixo custo e produção de mão de obra intensiva baseada no trabalho rural, por um lado, e as pessoas com níveis mais elevados de intensidade de capital e reprodução social com a força de trabalho na sua maioria urbanas, por outro, pode ser considerado como uma característica fundamental da China capitalista emergente.²⁹

Um exemplo é o que está acontecendo na empresa Foxconn, conhecida por seus métodos quase militares para lidar com os trabalhadores, a qual enfrenta protestos. Em janeiro de 2012, cerca de 150 empregados da fábrica de Wuhan ameaçaram saltar da cobertura, no que seria um suicídio coletivo.³⁰ Outra notícia foi que, sob a alegação de que chegaram a trabalhar 180 horas extras em um único mês, 4 mil trabalhadores de uma das fábricas da multinacional taiwanesa Foxconn, em Zhengzhou, sul da China, decretaram greve por melhorias nas condições de trabalho.³¹ A manifestação interrompeu a fabricação de *iPhones* e *iPads* da Apple. Dias depois, a empresa reconheceu que os funcionários estavam trabalhando acima do limite previsto em lei (máximo de 36 horas extras). Admitiu ainda ter empregados adolescentes e crianças com idade entre 14 e 16 anos em suas instalações. Em Wuhan, também no início de outubro de 2012, trabalhadores da linha de montagem do Xbox 360 ameaçaram suicídio coletivo após um pedido de aumento negado. A escalada de paralisações, denúncias e ameaças contra a própria vida, decorrente das violações trabalhistas e dos baixos salários oferecidos pelas empresas chinesas, reacendeu o debate no país comunista sobre os direitos do trabalhador.

Segundo a mesma fonte, há 830 milhões de trabalhadores na China, sendo 60% da população considerada economicamente ativa, e 160 mi-

29 LÜTHJE, Boy. *Why no Fordism in China? Regimes of Accumulation and Regimes of Production in Chinese Manufacturing Industries*. IfS Working Paper #3. Disponível em: In <http://www.ifs.uni-frankfurt.de/veroeffentlichungen/working-papers/> Acessado em: 14 mar. 2014.

30 Protesto em 11/01/2012. Foxconn enfrenta ameaça de suicídio coletivo na China. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/foxconn-enfrenta-ameaca-de-suicidio-coletivo-na-china/> Acessado em: 24 jul. 2014.

31 PEREZ, Fabíola. A China descobre o RH. Aumento no número de greves e denúncias de violação dos direitos trabalhistas levam a China a rediscutir aumentos salariais e maneiras de proteger o trabalhador. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/247307_A+CHINA+DESCOBRIR+O+RH. Acessado em: 30 jul. 2014.

lhões de trabalhadores estão nas indústrias; além disso, 300 milhões são trabalhadores rurais, agricultores autônomos e assalariados. De 2001 a 2005, mais de 1 milhão de empresas foram flagradas com 24 milhões de trabalhadores sem contrato. A empresa Foxconn, pressionada, logo após as denúncias de graves violações dos direitos trabalhistas declarou que medidas imediatas seriam tomadas para que os jovens empregados pela empresa voltassem à escola. Li Qiang, diretor da ONG de direitos trabalhistas China Labor Watch, disse que o maior desafio das empresas não é apenas reduzir a carga horária dos trabalhadores, aumentar o valor dos vencimentos ou retirar as crianças e os adolescentes do mercado de trabalho, mas descobrir como manter o preço de seus produtos em níveis competitivos seguindo as leis trabalhistas em vigor. Outra informação importante da matéria é que no setor industrial, em 2011, na China, os salários continuavam baixos – cerca de US\$ 1,80/hora –, enquanto nos EUA eram de US\$ 20/hora e, no Japão, US\$ 18/hora.

Na França, as relações de trabalho também estão tensas. De acordo com informações presentes em dossiê organizado pelo docente de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Álvaro Roberto Crespo Merlo, constam inúmeras notícias sobre o caso. Em uma das notícias do dossiê, um dos trabalhadores suicidas deixou carta em que responsabiliza unicamente a empresa pelo seu ato, em que evoca “a urgência permanente”, “a sobrecarga de trabalho”, “a ausência de formação”, “a desorganização total da empresa” e “a gestão terror”.³² Foram 32 suicídios em dois anos. O diretor da empresa, Louis Pierre Wenes, foi obrigado a demitir-se. “Trata-se da primeira mudança na direção da empresa de telecomunicações desde o início da série de suicídios, que os sindicatos dizem serem motivados pelo descontentamento dos trabalhadores em relação à reorganização interna.”³³ No mesmo dossiê, Crespo Merlo menciona que essa não é a primeira denúncia pública de suicídios relacionados ao trabalho na França.

Em 2007 ocorreram vários suicídios de trabalhadores na montadora Renault, mais precisamente no centro mundial de concepção da empresa em Guyancourt (periferia de Paris), chamado de Technocentre. Ocorreram pelo menos quatro suicídios neste setor da empresa e, alguns deles, no próprio local de trabalho, que tiveram, posteriormen-

32 MERLO, Crespo A. R. *Suicídios na France Télécom: as consequências nefastas de um modelo de gestão sobre a saúde mental dos trabalhadores*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/setores/dima/arquivos/estagio-probatorio/dossier%20suicidio%20na%20France%20Telecom%20Prof%20Alvaro.pdf> Acessado em: 24 jul. 2014.

33 LUSA. *France Telecom: suicídios obrigam diretor a demitir-se*. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1381882&seccao=Europa. Acessado em: 24 jul. 2014.

te, o reconhecimento, pela previdência social francesa (*Sécurité Sociale*), como acidentes de trabalho, grande repercussão na imprensa e levando à demissão do presidente mundial da empresa, Carlos Ghosn. As notícias traduzidas neste dossiê foram todas retiradas do cotidiano Libération (<http://www.liberation.fr>).³⁴

Diante do quadro, as incertezas vão aumentando e os questionamentos surgem: onde está a saída? Para onde os trabalhadores devem caminhar? O que vai acontecer depois da barbárie? O fenômeno social do adoecimento dos trabalhadores aponta contradições e conflitos sociais, e, no caso das Ciências Humanas, que estão atentas a como os fatos se apresentam, *por que* e *para que* tornam-se questões interessantes para compreensão e explicação de fenômenos que se relacionam com os destinos dos seres humanos na vida em coletividade. Este fenômeno deve ser analisado através do processo dialético. O processo dialético exclusão/inclusão social, na visão de Sawaia³⁵, é constituído por três dimensões, que são a objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça social e a dimensão subjetiva do sofrimento. Nesta perspectiva, a exclusão atinge a dimensão ético-psicossociológica que implica o subjetivo, o objetivo, o individual, o social, o racional, a afetividade, e se constrói em todas as formas de vida social, sendo também vivida como necessidade do eu: sentidos, significados e ações que envolvem o homem por inteiro, nas suas relações concretas com os outros e com a sociedade. A subjetividade é dimensão fundamental da organização econômica, social, política e ambiental tanto quanto a objetividade/materialidade. Os desafios para entender as transformações sociais pelas quais passa o mundo do trabalho global, nas suas diversas formas, exigem o olhar interdisciplinar, de aspectos jurídicos, sociais, filosóficos, psicológicos, econômicos e outros.

A questão é que os trabalhadores, no capitalismo, sofrem com a exploração de sua força de trabalho. O trabalho, para Marx, é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O trabalho é histórico e social, porém o trabalho, sob o capitalismo, se torna alienado, estranhado, reificado, coisificado. A busca de mais-valia, mais lucros e a corrida desenfreada pelo pagamento de menores custos e salários não têm fim. Se as relações no mundo do trabalho continuarem neste ritmo desenfreado, onde iremos parar? “Quem de pé ficará?”

34 MERLO, Á. R. Crespo, 2014, p.03.

35 SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: SAWAIA, Bader B. (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

As transformações culturais e suas consequências quanto à identificação dos trabalhadores como classe social, assim como o divórcio entre o poder e a política, geram incertezas quanto ao futuro, neste *“interregno entre um tempo em que havia certezas e outro tempo em que novos modos de agir ainda não foram inventados”*, segundo Bauman. A história é o evento único e singular da experiência humana, em que os trabalhadores, com resistência e coragem, terão que encontrar a sua solução, a fim de preservar sua saúde e dignidade. A solução não surgirá milagrosa e exclusivamente nem na metafísica, nem nas instituições internacionais, nem em supostos salvadores da pátria, eleitos “democraticamente”. Nós somos atores inseridos no enredo desta história e somos protagonistas do dever de ação.

No contexto de um processo do capitalismo, que já é secular, Hegel nos apresentou uma novidade teórica, que é a leitura dialética do trabalho. Para ele, na relação capital-trabalho ou entre senhor-escravo, há uma dialética, pois o empregador necessita do trabalho e, ao mesmo tempo, do reconhecimento do trabalhador. Trata-se de uma relação desigual, assimétrica, em termos materiais e de condições de trabalho oferecidas. Não se trata, porém, de uma simples gradação ou desigualdade, mas de uma contradição. Para Hegel, só há reconhecimento quando há uma superação da contradição, inclusive uma superação da mera tolerância, afirmada pelos modernos, e se passa a uma igualdade nas relações e, portanto, a um reconhecimento verdadeiro e mútuo, que consiste em perceber que o outro não é um inimigo a derrotar, nem apenas alguém que deve ser tolerado, mas que este outro é visto como indispensável para sermos sujeitos de nós mesmos. Marx reteve de Hegel o princípio dialético e o vinculou a uma leitura materialista. Segundo Marx, Hegel se restringiu, porém, a afirmar que é a consciência que determina o ser social do homem. Marx defende que, ao contrário, é o ser social do homem que determina a sua consciência. O trabalho, portanto, passa a ser uma possibilidade de caminho para o reconhecimento e uma esfera da construção da dignidade social e comunitária. Contudo, para que se realize esta possibilidade, há que resistir, enfrentar e superar a contradição instaurada e que na forma burguesa de vida passou a ser vista e vivida como se fosse natural e insuperável.

A intensificação do trabalho no século XX gerou inúmeros conflitos e uma gradual institucionalização dos direitos, com regulação das condições de trabalho e seguridade. Cria-se o Estado do Bem-Estar Social e o trabalhador passa a ser fonte de proteção social, referência de sociabilidade das pessoas. Segundo Jorge Luiz Souto Maior, os acidentes de tra-

balho impulsionaram uma nova racionalidade jurídica, visando à proteção e à constituição do “Estado Providência”.

O sistema de Estado do Bem-Estar Social entra em crise no final dos anos 1960, quando surgem os processos de paralisação dos processos de produção, críticas ao gigantismo do Estado, não recolhimento dos impostos e outros. A alternativa que se constrói mais recentemente é a volta à situação anterior, pregando-se, entre outras coisas, uma desregulamentação do trabalho. No início dos anos 1980 surgem governos neoliberais, e com eles há maior precarização do trabalho estrutural, assim como o desemprego. Constitui-se, como afirma Giovanni Alves, um novo modo de vida: o modo de vida *just-in-time*, favorecendo a “corrosão do caráter” (Sennett) e deformação da personalidade humana, com uma captura cada vez mais intensa da subjetividade humana. As pessoas acabam mergulhando no mundo da solidão profunda, perdem a verdadeira aspiração de autodeterminação e a vida passa a não ter mais sentido ou a ter um sentido meramente econômico. O indivíduo sofre ameaças no plano imaginário, simbólico e real. Os distúrbios psicossomáticos, desenvolvidos em decorrência do sofrimento pela prática do assédio moral (insônia, síndrome do pânico ou transtorno de ansiedade generalizada) são uma constante. Sobram desânimo, apreensão e angústia nos trabalhadores, nas pessoas que trabalham. Surge o “preariado”, tornando os seres humanos precários. Não há mais alteridade e solidariedade, não há mais coletivo. Os sindicatos perdem sua força política e reivindicatória. O medo do desemprego, da vergonha, da discriminação, da solidão está em todo lugar! A vida, para muitos, passa a ser um peso intolerável e a única alternativa é o clímax do adoecimento e da barbárie: o suicídio! O sistema capitalista não é acolhedor, literalmente, não favorece uma vida digna para o ser humano!

A construção da identidade social dos trabalhadores alcança a potencialização da alienação no estágio atual do capitalismo. As estruturas sociais estão enfraquecidas, com a quebra ou a dificuldade da solidariedade e de uma solidez social, chegando-se a uma “sociedade líquida” (Bauman). Os trabalhadores têm dificuldades para identificar-se como classe social, permanecendo na alienação e sujeitando-se a condições desumanas, pela mera sobrevivência, na maioria dos casos. A identidade ficou impactada e o trabalho deixou de ser central, o sujeito não sabe quem ele é. O sindicalismo mimetiza o que a empresa é e o Estado também. Apesar da perda de significado, o trabalho ainda pode construir identidade, apesar do problema da captura da subjetividade.

O Estado, leia-se Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde/Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, com poucos au-

ditores/fiscais em cada unidade, cuja abrangência da jurisdição para fiscalização são inúmeros municípios, pouco conseguem fazer. O Executivo não incentiva a fiscalização – “é preciso aliviar” contra as empresas, afinal de contas, são elas que financiam as campanhas eleitorais; os trabalhadores/povo eleitor, bem, “são apenas um detalhe”, como disse certa vez uma ministra da Economia do Estado Brasileiro.

Os peritos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS jogam pesado e duro contra os trabalhadores; muitos diziam e ainda dizem: “os trabalhadores estão falseando, fazendo teatro, fazendo de conta que estão com problemas de saúde”, mesmo que exames de imagem e clínicos mostrem o contrário. O judiciário e seus peritos: nossa, quanta desilusão! Peritos que muitas vezes ocupam o espaço para aliviar as dores dos empregadores. Tudo foi e é motivo para causar lesões nos trabalhadores, menos o trabalho nas empresas. Os valores por danos morais que os Tribunais Regionais e Superior do Trabalho atribuem às indenizações são irrisórios, não são educativos; aliás, são convidativos para que o descumprimento da lei continue a ser praticado. Mas o mais grave foi ouvir de uma trabalhadora, chorando, após realizar um “razoável” acordo com a empresa em que deixou sua saúde, na Justiça do Trabalho: *“Do que adianta este dinheiro, não vai aliviar minhas dores e atrofias! Não consigo fazer mais nada, não posso dormir direito, não posso ficar muito tempo na cama, não consigo sentar muito tempo, não consigo limpar minha casa, não consigo fazer comida, não consigo nem fazer direito minha higiene pessoal!”* Percebemos o desespero na alma desta trabalhadora. O desespero de ter se arrebatado de trabalhar, pensando no tal dinheiro que ganharia com as inúmeras horas extras, e agora este dinheiro que iria receber pelo acordo judicial firmado não tinha mais sentido, pois o seu maior prejuízo, a partir de determinado momento de sua vida, é a falta de saúde. Os trabalhadores, em termos gerais, têm dificuldade de falar em problemas, pois o interesse é pensar e falar sobre consumo, religião, futebol e outras coisas. Participar de reuniões, assembleias, cursos de formação política, para desenvolver senso crítico, tornam-se eventos menos interessantes para a grande maioria dos trabalhadores.

O movimento sindical, denominado como *corpos intermediários* – “entre o povo e o Estado” – pela Lei *Le Chapelier*, em sua quase totalidade está colonizado e tem pouco conhecimento para fazer frente de luta contra a exploração dos trabalhadores, que estão extrapolando seus limites físicos e mentais. A política pública de saúde do trabalhador, pouco conhecida no meio sindical e entre os trabalhadores, muito bem escrita, mas pouco eficaz, não é cumprida por inúmeras empresas e nada acontece. O movimento sindical em sua quase totalidade está sendo coloniza-

do e vê diminuída sua força, renunciando a uma radicalidade que já teve, e está tendo pouco conhecimento para fazer frente de luta contra a exploração dos trabalhadores, que estão extrapolando seus limites físicos e mentais. Marx no século XIX já havia alertado que toda a luta sindical sem uma perspectiva de classe, de superação da escravidão assalariada, teria efeitos parciais e temporários, corroídos pela própria lógica do capital, e contribuiria somente para deseducar a classe.

Existe uma fragmentação significativa e impactante e os poderes econômico e financeiro não estão ainda satisfeitos, pois insistem em piorar ainda mais as condições humanas no trabalho, a exemplo da intenção do projeto de lei que pretende autorizar a terceirização do trabalho, de forma ampla e irrestrita, o que significa, na prática, que o empregador poderá escolher quais sindicatos representarão seus trabalhadores, em clara violação à liberdade sindical. Outro projeto é o que pretende fazer com que o negociado tenha mais valor do que o legislado, numa verdadeira afronta à segurança jurídica. Os trabalhadores vivenciam uma insegurança total, pois é cada vez mais complicado negociar com o poder econômico e financeiro, que a cada dia, amparados no avanço da tecnologia, concentram mais a renda e acumulam mais poder.

As lutas sindicais restringem-se a instituir estratégias que são de resultado, limitadas a ações envolvendo assuntos salariais e da jornada de trabalho, e não estão questionando o sistema capitalista e a forma como o trabalhador está sendo explorado e assujeitado. Neste contexto, a resistência por parte dos trabalhadores poucas vezes inclui na sua agenda uma preocupação com a luta para mudar a sociedade no seu todo, mas se satisfaz com reivindicações corporativas, não se interessando pela situação do conjunto das classes subalternas na sociedade em que se vive. Assim, os próprios sindicatos podem contribuir para que o mesmo modelo de sociedade se fortaleça e nunca seja questionado.

O movimento sindical precisaria investir mais na estratégia da formação, para desenvolver entre os trabalhadores um senso crítico da realidade, de tomada de consciência de si, trabalhar com a subjetividade dos trabalhadores para formar um senso crítico sobre sua condição no mundo e da sua inserção social, com intuito de emancipação e liberdade. É necessário avançar na comunicação do movimento sindical entre si, deste com os trabalhadores e com a sociedade, com formação de grupos, educação sindical e política da classe trabalhadora.

Também não é mais possível o isolamento sindical restrito à jurisdição de cada sindicato. Urge que o sindicalismo funcione em rede, como sugere Daniela Muradas, com o intuito de ampliar a solidariedade entre os trabalhadores e categorias, pois as empresas multinacionais estão produ-

zindo em todos os cantos do planeta. Esta ideia também é defendida por Axel Honneth, atual Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, sucessor de Jürgen Habermas, o qual também reconhece a dificuldade desta forma de organização, a começar pelos diferentes idiomas e culturas. O fato é que a atuação dos sindicatos, por jurisdição, nos tempos atuais, só serve para fragmentar a luta. É preciso juntar os sindicatos com diferentes movimentos sociais, movimentos de ação em rede. Há necessidade de a sociedade civil se organizar e alargar o conceito de negociação coletiva, pois há um déficit democrático em relação à questão racial, de mulheres etc. Uma luta articulada para construção do sujeito de direitos pelo reconhecimento. Os sindicatos não conseguem garantir direitos, e apesar de haver um esvaziamento das consciências, o movimento sindical pode conquistar seu lugar na defesa da consciência de classe dos trabalhadores.

É necessário persistir para entender o que acontece, para encontrar a saída. Alguns autores como Arendt, Foucault e Agamben insistem na busca de possíveis resistências para fazer frente à ausência da política e à concomitante primazia do econômico. O que fazer hoje diante do problema? Não é a simples reorganização ou reestruturação do Estado de Direito, ou da legislação, que vai resolver. Por maior e mais complexa que seja a tarefa de compreender o que acontece hoje, não podemos ceder a um pessimismo ou a um conformismo que parecem predominar na cena tanto teórica quanto prática, na atualidade. Não é sem motivo que se projetam novas leituras e novas experiências, mesmo que elas abdicuem de um costumeiro caráter universal ou macrofísico, e aconteçam em plano microfísico. Se, por exemplo, há um debate teórico também no campo dos marxismos, procurando reler as obras dos clássicos, também podemos dizer que acontecem mudanças sugestivas no campo teológico-religioso do cristianismo, no qual também há um questionamento mais corajoso do que antes, de uma forma de vida capitalista marcada pela sacralidade do mercado e do dinheiro (veja-se a respeito a recém-publicada encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si'*, de maio de 2015).

Pesquisando sobre o histórico de construção do sistema de direitos humanos, encontramos que o trabalho adquiriu status de direito humano a partir da instituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948. A evolução desta normatização, pelos organismos internacionais, foi em considerar o trabalho como direito humano fundamental. Com a globalização da economia, surge a necessidade de regulamentar as condições de trabalho de forma igualitária, em todos os países, com a finalidade de coibir o *dumping* social, que em nosso entendimento é o principal fator que favorece o adoecimento dos trabalhadores nas últimas

décadas. A partir da necessidade social, estamos vivendo o tempo de gestação da ideia de uma cidadania cosmopolita, global, um novo tipo de vínculo do indivíduo com uma determinada ordem jurídica, que não se reduz àquela do Estado nacional.

Por mais que se diga que a política não serve para nada, que só traz o mal, a corrupção, é exatamente a política que pode resolver. Os problemas não são criados pela política, mas pela estrutura econômica da sociedade e pela primazia do econômico sobre as outras dimensões da vida humana. O principal inimigo, no terreno teórico, é o discurso *antipolítica*, sem deixar de assinalar que o discurso sobre o fim da política é um discurso político.

Foucault fala em resistência e ética do cuidado de si. O que é a resistência no capitalismo? Até que ponto ela é permitida? Não é tão óbvio dizer que é possível a resistência no capitalismo. Em que sentido se pode resistir, se vivemos num Estado de Direito que privilegia a propriedade, criminaliza os movimentos sociais, é violento com quem reivindica seus direitos, a exemplo do que aconteceu no massacre de Curitiba contra os professores? As forças e os aparelhos de Estado têm sido usados como repressão contra os interesses da classe trabalhadora. Interessante ler o artigo do jurista Fábio Konder Comparato sobre o Poder Judiciário no Brasil, no qual afirma que a função judiciária no Estado moderno nasceu e pôde desenvolver-se com a instituição dos juizados reais na Baixa Idade Média, que visava garantir paz e justiça às populações mais pobres, exploradas pelos barões feudais e menosprezadas pelas autoridades eclesiásticas. No entanto, afirma que, “no quadro da civilização capitalista, a mentalidade coletiva passou a ser moldada decisivamente pelo grupo social detentor do poder supremo, em função de seus próprios interesses”.³⁶

Se de algum modo abrimos mão de querer mudar radicalmente a sociedade, pelo menos devemos lutar para melhorar a legislação e para torná-la mais eficaz na sua aplicação. A sensibilização e a reconciliação com o trabalho não necessariamente passa pela legalidade, mas a garantia de direitos é fundamental. Há uma luta constante no Judiciário, pelos operadores jurídicos, para garantir direitos, torná-los efetivos. Muitas vezes, as sentenças não são pedagógicas o suficiente para incentivar o respeito, e a violência continua a existir nas relações de trabalho. Pelo poder Judiciário pode-se reivindicar o econômico, mas isso não é suficiente para realizar a justiça. O trabalhador sequelado fica com poucas

36 COMPARATO, Fábio Konder. *O poder judiciário no Brasil*. **Cadernos IHU ideias**, v. 13, n. 222, 2015, p.03.

alternativas, pois as sequelas e as dores constantes impossibilitam este sujeito de ser no mundo, ficando numa condição muito limitada, excluído. Este sistema é desumano, o trabalhador é prejudicado e quase nada acontece. É uma afronta aos direitos humanos, é literalmente a barbárie instalada.

Além da discussão da eficácia, é importante discutir qual o direito que se tem, e como foi instituído. Enquanto ser livre, devo lutar para mudar o direito, quando não favorece o que entendo ser o correto, justo ou quando não favorece a quem entendo que deva favorecer. Devemos questionar: que lei é esta? Afinal, qual Estado de Direito defendemos? Vivemos no capitalismo, e o direito atual é reflexo desse sistema. Não há neutralidade e seres humanos não são perfeitos. O *mundo da vida* está colonizado pelo direito, que o instrumentaliza, afirma Habermas. O direito deveria assumir seu caráter de politicidade, no sentido de um sistema jurídico mais comprometido com os problemas sociais, no caso, a saúde do trabalhador. Agamben critica a judicialização das relações humanas e da vida, exatamente por estar ligada à economicização de todas as relações humanas. Sendo assim, ele critica o aumento da presença do jurídico e do econômico na vida humana.

A construção do sistema de direitos humanos, nele incluído o trabalho como direito humano fundamental, é uma necessidade diante da globalização econômica. Um novo sistema global de normas jurídicas, com humanidade comum, ameaças compartilhadas e obrigações mínimas. Por meio da violação dos direitos humanos, o comércio internacional não funciona de forma paritária, e urge haver uma interpretação das normas de direitos humanos e da OIT comunicadas com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) de forma paritária, caracterizando o *dumping* social, e com previsão de sanções aos países transgressores. Há necessidade do reconhecimento de direitos no âmbito universal, regras da OIT com racionalidade ampliada.

Pelo fato de o capitalismo ser vivenciado como religião, é difícil enfrentá-lo, desconstituir a fé. O capitalismo, aliado à técnica e à financeirização, passa a ser um fenômeno complexo. Mas o capitalismo não pode tudo! O Estado deve permitir a resistência, para que sejamos governados um pouco menos. Não dá para primeiro esperar uma sociedade totalmente perfeita, para que seja possível melhorar a sociedade em que se vive; também é ilusão acreditarmos que vamos conseguir resolver tudo. A resistência hoje é mais difícil, porque a economia é global e a política é local. A ética não é universal, porque a política não é universal, porém as pessoas não são só totalmente governáveis, também têm capacidade de se insurgir, especialmente em sociedades democráticas.

A globalização com primazia do econômico, buscar a riqueza e tornar isto principal, como a coisa mais importante da vida, é o problema. É necessário lutar contra a primazia do econômico, para tornar possível outra globalização! Globalizar a política, tornar a política importante. Também chamamos a atenção para a importância de termos em conta a supremacia da técnica, neste biocapitalismo cognitivo. E, neste contexto, urge que vejamos as possibilidades de resistência ao que acontece, vinculando a primazia do econômico ao endeusamento da técnica, o que leva o ser humano a ser cada vez mais servo da máquina.

Na angústia de encontrar alternativas, pesquisamos também um autor da Teoria Crítica, por ser uma orientação para a emancipação da sociedade, do que existe para o que poderia ser. Axel Honneth defende que o objetivo normativo atual parece não ser a eliminação da desigualdade, senão a prevenção da humilhação e do menosprezo, embasado no aumento da sensibilidade moral, decorrente do valor político da experiência do menosprezo social e cultural. Honneth aponta três formas de reconhecimento recíproco: pelo amor, pelo direito e pela solidariedade. Afirma que os indivíduos podem remeter-se a si mesmos com autorrespeito, autoconfiança e autoestima. Esta ideia isolada enfrenta objeções de outros autores, que defendem a justiça distributiva – a distribuição da renda para o alcance da igualdade e dignidade material e estrutural. Sobre a angústia de qual orientação poderá alcançar a sociedade no sentido de emancipar-se, a fim de evitar o adoecimento decorrente do trabalho, Honneth sugere a experiência da solidariedade de grupo político, propiciando a experiência de reconhecimento e fazendo com que os membros alcancem uma espécie de estima mútua. Este é um ponto quase unânime entre os autores: que nos movimentos pelo reconhecimento a resistência deve ser coletiva, por grupos.

Honneth afirma que as lutas dos trabalhadores estão com potencial enfraquecido, que eles não possuem tradição socialista; que o potencial de resistência migrou para os trabalhadores que possuem poder para paralisar grandes vias de comunicação, a exemplo dos aeroviários. Que esta realidade é decorrente do problema estrutural de localização profunda, não se trata simplesmente de um fracasso dos sindicatos. Que há um temor constante diante da ameaça do desemprego, que leva certamente o operariado como um todo a uma postura de resignação. E o fato de que não existem, no momento, visões de um estado para além do capitalismo, e que este fato é um problema. Acredita na redistribuição, mas esta deve considerar as condições de estabilidade do sistema e analisa as reivindicações dos movimentos sociais para a reconstrução normativa da teoria crítica.

Honneth, por sua vez, sofre objeções de autores como Alessandro Pinzani, por não reconhecer a impossibilidade de conceber o mercado como esfera da liberdade. Para Pinzani, o sistema capitalista de mercado gera inevitavelmente a exclusão econômica, social e política de uma parcela da população ativa, que acaba sendo colocada em uma situação de miséria material e espiritual absoluta. Azmanova afirma que não há crise do capitalismo, mas há uma crise da teoria crítica. Aponta o fracasso político da virada cultural na crítica social, que substituiu o foco marxista sobre a política econômica de exploração, para a lógica cultural de desumanização.

A realidade é que os trabalhadores, ainda que sejam portadores de direitos, são explorados e sempre têm que ter proteção. Parece que Benjamin tinha razão, quando afirmou que o *progresso* não garante emancipação e libertação da classe trabalhadora. Os planos históricos de proteção não têm sido considerados, no sentido largo do termo trabalho. Há a luta pelo reconhecimento de direitos; no entanto, considerando a vida como ela é, com sindicatos esfacelados, como resgatar esta ideia hegeliana de Honneth sobre o reconhecimento? Como transformar as categorias abstratas para o real? Há necessidade de um novo significado do trabalho, não simbólico, mas real na vida do trabalhador. Uma luta articulada para construção do sujeito de direitos pelo reconhecimento. A filosofia tem o seu papel, mas não podemos esquecer que o direito é ciência social aplicada.

Como resistir, como enfrentar a inércia e resgatar a dignidade da luta por melhores condições humanas no trabalho? Como enfrentar o sentimento de impotência diante da realidade? A partir do pensamento de Foucault podemos considerar que, na maioria dos casos, há estado de dominação e repressão nas relações de trabalho, mas também há casos em que a resistência é possível. Algumas opções para resistência e luta apresentam-se; embora imperfeitas, são caminhos a seguir.

Spinoza sugere um caminho, que é desenvolver a potência de ação através da afetividade, pois os seres humanos têm a necessidade de encontrarem-se uns com os outros para conservar e expandir sua potência, para a autopreservação. Chegamos num momento histórico em que nós mesmos nos exigimos a reinvenção da ciência, da política e dos pressupostos éticos. No âmbito da produção do conhecimento, precisamos de uma nova epistemologia que lance reflexão sobre o pragmatismo científico predominante em nossas vidas. A academia tem o papel de democratizar o saber, de levar os sujeitos a refletir sobre si mesmos e sobre sua realidade. Há uma fundamental importância da universidade em desenvolver pesquisa e extensão sobre o adoecimento e a saúde dos trabalha-

dores, além de trabalhar estes conteúdos no ensino. E se falamos da universidade, não devemos esquecer a formação dos agentes do direito, em geral preocupados com o “Estado de Direito”, mas pouco preocupados em se perguntar se basta mantê-lo, sem questionar a maneira como as leis são feitas e a vinculação entre o direito positivo vigente e a primazia do econômico.

A política pública de saúde do trabalhador não tem força suficiente para minimizar os impactos da reestruturação produtiva, evitando os acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, mas pode inserir a participação da sociedade civil organizada, incluindo os trabalhadores que figuram como integrantes do controle social.³⁷

A economia solidária é uma alternativa, na tentativa de sobreviver de forma menos isolada, exercitando a cooperação, autonomia, independência, educação e participação democrática. É importante o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores, e isto só é possível pela educação solidária dos mesmos, é um processo. Trata-se de um modelo diferente para contrapor o que vivenciamos.

Mesmo sem questionar o capitalismo como tal, também Thomas Piketty sugere tentar reorganizar a riqueza das nações de forma mais justa, socialmente entendida, como uma alternativa no atual sistema. Sugere instituir o imposto progressivo sobre o capital, sobre a herança e a renda, e distribuir a arrecadação para financiamento da educação, da saúde, da previdência e assistência aos mais necessitados.

Já o marxista Mészáros entende que o caráter decisivo e estruturante na ação emancipadora da classe trabalhadora, a sua luta, deve ser centralmente extraparlamentar. Afirma que o sistema não nasce no parlamento, nasce na materialidade mesma da sociedade, no sociometabolismo, que é a relação dos seres humanos com o meio físico. A questão é que não há outro modelo no momento, precisamos construir o novo.

Merece nosso destaque a leitura da obra de John Holloway³⁸, em que ele sugere abrir fendas no capitalismo. Afirma que a diferença entre o homem e o animal não é o trabalho, mas sim sua capacidade de concebê-lo e planejá-lo, e isso nos é permanentemente roubado pelo sistema dominante. Entende que nosso papel não é compreender os padrões da dominação, e sim encontrar a esperança e a luz na escuridão. Sugere um processo de criação paciente, caminhando, não correndo, porque se pretende ir muito longe.

37 Controle social é a fiscalização que a sociedade exerce sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos etc., para que tais atividades não se desviem das normas preestabelecidas e que lhe dizem respeito.

38 HOLLOWAY, John. *Agrietar el capitalismo: el hacer contra el trabajo*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011.

Criar o mundo que não existe, como criadores da realidade social, afirmando nosso próprio mundo. O estudioso italiano da questão operária Mario Tronti também repete: “Quem corre não pensa, só pensa quem caminha”. Afirma que, como estudioso, fez diagnósticos, apresentou soluções, e que agora percebe que se precisa de novo diagnóstico, frente à complexidade da realidade presente, para que novas possibilidades possam nascer.

Por mais que possa parecer distante entender o ser humano e a realidade do mundo atual, podemos repetir a pergunta: o que está acontecendo conosco neste tempo em que parece sobrar para nós unicamente a adaptação ao mundo como ele é, e onde apenas parece restar a possibilidade de nos inserirmos numa corrida cujas regras e cujo trajeto já estão estabelecidos? Podemos ainda encontrar motivos para a ação, entendida aos moldes de Arendt? Como podemos alimentar o desejo e a possibilidade de sermos um pouco mais capazes de viver com os outros de forma livre? Como podemos ainda nos encantar pela política e nos encontrar na política?

Agamben sugere experimentar o encontro com nós mesmos, com as próprias esperanças, as próprias recordações e os próprios esquecimentos. Repensar uma ideia diferente de crer, de forma de vida, práticas de si, intimidades. Estas são as palavras-chave de uma nova política.³⁹ Para Agamben, há algo que o ser humano deve ser e este algo não é uma essência, ou melhor, não é propriamente uma coisa. A única experiência ética consiste em ser a potência, é o simples fato da própria existência como possibilidade ou potência: pensamento, contemplação e arte.

A ética da participação deve incluir a ideia de potência de ação, que trata da passagem da passividade à atividade, e da heteronomia à autonomia. A participação não deve ser uma obrigação moral ou uma renúncia de si mesmo, ela deve ser a busca pelo desejo de ser livre e feliz.

Enfim, e com todos os riscos teóricos que são inerentes a toda busca de solução para problemas que vivemos na atualidade, e mais especificamente no campo da vida pública, parece que é possível acompanhar a sugestão que reúne pensadores contemporâneos como Arendt, Foucault, Agamben, Mézсарs e Holloway, para compreender melhor o que acontece, e para sugerir novas tarefas possíveis e desejáveis, com alguma ousadia teórica e com uma dose de coragem prática. Se quanto mais domínio o que está fora de mim, mais me domino, então esta pode ser uma estratégia para o ser humano, ou seja, nós nos tornarmos “*potência de ser e de não-ser*”.

39 AGAMBEN, Giorgio. *Em que cremos? Redescubramos a ética*. Entrevista de Franco Marcoaldi. Roma: La República, Roma, 2011. Tradução de Selvino Assmann.

Referências

ABRAHÃO, Julia Issy; SNELWAR, Laerte Idal. Entre a tarefa e a atividade. In MENDES, Ana Magnólia (Org.). *Trabalho & saúde: o sujeito entre a emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Benjamin e o capitalismo*. Tradução de Selvino Assmann. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/05/benjamin-e-o-capitalismo/> Acessado em: 09 fev. 2015.

_____. *Em que cremos? Redescubramos a ética*. Entrevista de Franco Marcoaldi. Tradução de Selvino Assmann. Roma: La Repubblica, Roma, 2011.

_____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2002.

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política*. Baurú: Giovanni Alves, 2003.

_____. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. *A classe operária vai à CLT*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519885>. Acessado em: 21 mai. 15.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

_____. *Não se deve jamais regulamentar a terceirização, mas impedi-la*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-Nao-se-deve-jamais-regulamentar-a-terceirizacao-mas-impedi-la>. Acessado em: 11 abr. 2015.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *Resenha sobre obra de Mézsáros*. Disponível em: <http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/23>. Acesso em 05 nov. 2013.

_____. *Seminário Terceirização e Retrocessos Sociais*. Organizado por Daniela Muradas e realizado na UFMG em 30.04.15. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XF8q0pYhGsY>. Acessado em: 30 abr. 2015.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 24 fev.2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica de Adriano Correia. 11 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Da revolução*. Tradução de Fernando Dídimo Vieira; revisão técnica: Caio Navarro de Toledo. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1972.

ASSMANN, Selvino José. *Filosofia e Ética*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

ASSMANN, Selvino José. DUTRA, Delamar José Volpato; HEBECHE, D. L. *História da filosofia IV*. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009, p.46-47.

ATIENZA, Manuel. *Constitucionalismo, globalización y derecho*. In El Canon constitucional. Edición de Miguel Carbonell y Leonardo Garcia Jeramillo. Instituto de Investigaciones Jurídicas – UNAM. Editorial Trotta: Madrid, 2010.

AZMANOVA, Alben. Crisis? *Capitalism is Doing Very Well. How is Critical Theory?* Revista Constellations, v.21, n.3, p. 351-365, 2014. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12101/abstract>. Acessado em: 13 out. 2014.

BARBOZA, Mariana Queiroz. *A Europa em depressão*. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/218103_A+EUROPA+EM+DEPRESSAO. Acessado em: 11 ago. 2014.

BARRETO, Margarida. *Há uma estratégia de eliminar os adoecidos e os questionadores*. Disponível em: <http://defesa-trabalhador.com.br/declatra/2014/10/doutora-em-psicologia-social-analisa-relacoes-de-trabalho-e-afirma-%E2%80%9Dha-uma-estrategia-de-eliminar-os-adoecidos-e-os-questionadores/>. Acessado em: 16 out. 2014.

_____. *Jornada de humilhações*. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/wp-content/uploads/2014/03/extra0405e06.pdf>. Acessado em: 23 mar. 2015.

BARROS, Carlos Juliano. *Samsung: Violações trabalhistas no Brasil são similares às da China* Disponível em: www.ihu.unisinos.br/noticias/522749-samsung-viaco-es-trabalhistas-no-brasil-sao-similares-as-da-china. Acessado em: 11 ago. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Entrevista a Héctor Pavón do jornal Clarín em 18 jul. 2009. Disponível em: <http://www.rts.org.br/entrevistas/entrevistas-2009/zygmunt-bauman-sociologo>, consulta em 01.08.09. Acessado em: 10 out. 2014.

_____. *Sociedade do consumo e do crédito não funciona mais*. Entrevista concedida a Sílvia Boccanera. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jan-27/ideias-milenio-zygmunt-bauman-sociologo-polones?> Acessado em: 29 fev.2012.

BENJAMIN, Walter. *Teses sobre a filosofia da história*. [F. R. Köthe: Über den Begriff der Geschichte]. In: KOTHE, Flávio R. [org.]. *Walter Benjamin* [Coleção grandes cientistas sociais]. São Paulo: Ática, 1985, Tese IX.

_____. *O capitalismo como religião*. Tradução Nélcio Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *O que é economia solidária*. 2008. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acessado em: 24 out. 2014.

CAMBRICOLI, Fabiana. *No Brasil, mortes por depressão crescem 705% em 16 anos*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2014/08/18/no-brasil-mortes-por-depressao-crescem-705-em-16-anos.htm>. Acessado em: 15 jun. 2015

CASAGRANDE, Lilian Patrícia; ANTUNES, Tereza Cristina Meurer. *O dumping social e a proteção aos direitos sociais dos trabalhadores*. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/50527>. Acessado em: 17 abr. 2015. p.15

COMPARATO, Fábio Konder. *O poder judiciário no Brasil*. Cadernos IHU ideias, v. 13, n. 222, 2015.

- DAY, Thomas R. *Models of politics; some help in thinking about public policy*. In: Understanding public policy. Tradução de Ana Maria Marquesini e Francisco Gabriel Heidemann, CPGA/UFSC. 5 ed. New Jersey, Prentice Hall, 1984, p.19-43.
- FERNANDES, Daniela. *Onda de suicídios leva França a discutir cultura 'pós-privatizações'*. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091023_france_telecom_suicidios_rw.shtml. Acessado em 24 jul. 14.
- FERNANDEZ, Leandro. *Dumping social e o comércio internacional*. Disponível em: http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20130426155913.pdf, p.13. Acessado em: 08 abr. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: _____. *Ética, sexualidade, política*. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro, Forense, 2004.
- _____. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Ética, sexualidade, política*. Michel Foucault: organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- _____. *Filosofia analítica da política*. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.) *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Iluminismo e crítica*. A cura di Paolo Napoli. Traduzido por Selvino José Assmann, Roma: Donzelli Editore, 1997. Janeiro, 1999. (O mesmo texto foi publicado depois em francês com o título "Qu'est-ce que la critique?")
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *O sujeito e o poder*. Entrevista. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense, 1995.
- FUMAGALLI, Andrea. *Lavoro male comune*. Milano: Pearson Italian, 2013.
- _____. *A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/546918-a-morte-da-democracia-e-a-farsa-neoliberal-da-neutralidade-da-moeda-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acessado em: 27 set. 2015.
- GAIGER, Luiz Inácio G. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. 2003. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acessado em: 24 out. 2014.
- GALIMBERTI, Umberto. *A ética na idade da técnica*. Entrevista realizada por Caterina Falomo. Original em www.lacritica.net. Acessado em: 13. jul. 2003, através de <http://www.socialisti.net/caffe/intergalimberti.htm>. Veneza, 12 de junho de 2002. Tradução de Selvino Assmann. Florianópolis: UFSC, julho de 2003.
- GUNDERMAN, Richard B. *Essential radiology: clinical presentation, pathophysiology, imaging*. Tradução de João Natel Pollônio Machado. 2 ed., New York: Thieme, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *A Nova Intransparência: a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*. Tradução de Carlos Alberto Marques Novaes. *Novos Estudos*, n 18, set. 1987.

- _____. *Teoria do Agir Comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. *Teoria do Agir Comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. *Para entender o capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. (tradução de Paulo Menezes) 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: USF, 2002.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOLLOWAY, John. *Agrietar el capitalismo: el hacer contra el trabajo*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2011. (toda a tradução desta obra foi realizada pela autora)
- HONNETH, Axel. *A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a teoria do reconhecimento*. Entrevista concedida a Olivier Voirol. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 18. São Paulo: Nathalie Bressiani, jul.dez.2011.
- _____. *El derecho de la libertad: esbozo de una eticidad democrática*. Traducion de Graciela Calderón. Madrid: Katz Editores, 2014.
- _____. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. *Reconhecimento e Menosprezo. Sobre a fundamentação normativa de uma teoria social*. Tradução para o Espanhol por Judit Rome Labayen. Madrid: Katz Editores, 2010.
- KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é o iluminismo?* In:_____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LAZZARATO, Maurizio. *A fábrica do homem endividado*. Ensaio sobre a condição neoliberalista. Tradução portuguesa de Selvino José Assmann, 2012.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Traduções de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 3. ed, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUSA. *France Telecom: suicídios obrigam diretor a demitir-se*. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1381882&seccao=Europa. Acessado em: 24 jul. 2014.
- LÜTHJE, Boy. *Why no Fordism in China? Regimes of Accumulation and Regimes of Production in Chinese Manufacturing Industries*. IfS Working Paper #3, Disponível em: In <http://www.ifs.uni-frankfurt.de/veroeffentlichungen/working-papers/>). Acessado em: 14 mar 2014.
- MANDEVILLE, Bernard. *A fábula das abelhas, ou seja, vícios privados, benefícios públicos*. Original é de 1714.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1, Tomo 1. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1, Tomo 2. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2.ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Extraído de Obras Escolhidas, em 3 v. de K. Marx e F. Engels. Tradução da Editorial Vitória Ltda. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001.

MELLO-SILVA, Leonardo. *Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe*. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, C. S. (org.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 71-100.

MENDES, Ana Magnólia (Org.). *Trabalho & saúde – o sujeito entre a emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá, 2008

MERLO, Crespo Á. R. *Suicídios na France Télécom: as consequências nefastas de um modelo de gestão sobre a saúde mental dos trabalhadores*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/setores/dima/arquivos/estagio-probatorio/dossier%20suicidio%20na%20France%20Telecon%20Prof%20Alvaro.pdf>. Acessado em: 24 jul. 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1.ed.revista, São Paulo: Boitempo, 2011.

MURADAS REIS, Daniela; DELGADO, Gabriela Neves; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BOSON, Victor Hugo Criscuolo. *O sindicalismo e as empresas multinacionais*. Artigo apresentado no Seminário Internacional Direito do Trabalho e Multinacionais. Belo Horizonte, UFMG em 11 set. 2014.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *O sujeito trabalhador e o direito social internacional: a aplicação ampliada das normas da Organização Internacional do Trabalho*. 2015. Tese de Doutorado. UFMG, fevereiro de 2015.

OIT. *Constituição da Organização Internacional do Trabalho*. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf. Acessado em: 27 mai. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *La Prevencion de Las Enfermedades Profesionales*. Publicado em 28 abr. 2013. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/dia282013b_1007.pdf. Acessado em: 11 ago. 2014.

PEREZ, Fabíola. *A China descobre o RH. Aumento no número de greves e denúncias de violação dos direitos trabalhistas levam a China a rediscutir aumentos salariais e maneiras de proteger o trabalhador*. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/247307_A+CHINA+DESCOBRE+O+RH. Acessado em: 30 jul. 2014.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1.ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINZANI, Alessandro. *Filosofia Política III*. Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. *Os paradoxos da liberdade*. In: MELO, Rúrion (Coord.) *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, Daniela Muradas. *O Princípio da Vedação do Retrocesso no Direito do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 2010.

_____. *Sindicatos, dilemas e perspectivas*. Disponível em: <http://alalincludente.blogspot.com.br/search?q=Terceirizaci%C3%B3n+y+sindicatos,+dilemas+y+perspectivas>. Acessado em: 25 mar. 2014.

SALVADOR, Luiz. *Carta cria princípios internacionais pró-trabalhador*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-abr-15/carta-latinoamericana-cria-principios-internacionais-pro-trabalhador>. Acessado em: 01 dez. 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAWAIA, Bader B. *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão* In: SAWAIA, Bader B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Participação Social e subjetividade*. In: SORRENTINO, Marcos. *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

_____. *Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico?* In: SOUZA, Lidia; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs.) *Violência e exclusão convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SCHUNK, Reinhard; SAUER, Carsten e VALET, Peter. *Macht Ungerechtigkeit krank? Gesundheitliche Folgen von Einkommens(um)gerichtigkeit* (Injustiça causa doença? Consequências de (in)justiças salariais para a saúde). WSI Mitteilungen. Inhalt 8/2013, 66. Jahrgang.

SIC Notícias. *France Telecom, investigação aos suicídios – Toda A Verdade*. Enviado em 29 set. 2011. *Assédio moral no local de trabalho traz consequências trágicas*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vjucavilbmy>. Acessado em: 24 jul. 2014.

SINGER, Paul. *Economia solidária*. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. Revista Estudos Avançados, v.22,n. 62Jan./Apr.2008.

SORJ, Bernardo. *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. p.221; 226

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *ADI 1923: legitimação e ampliação da terceirização no setor público*. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/ADI-1923-legitimacao-e-ampliacao-da-terceirizacao-no-setor-publico/40/33321>. Acessado em 22. Abr. 15.

_____. *Curso de Direito do Trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.

_____. *Dumping social nas relações de trabalho*. 2.ed. São Paulo: Ltr, 2014.

STREECK, Wolfgang. *Capitalismo do pós-guerra está no fim*. Entrevista concedida a Vanessa Jurgenfeld. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/540406-capitalismo-do-pos-guerra-esta-no-fim-diz-streeck->. Acessado em: 04 mar. 2015. Ver também, do mesmo autor: *As crises do capitalismo democrático*. Trad. portuguesa de Alexandre Morales. *Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP*, n.92., mar., 2012.

TRONTI, Mario. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, 1966.

VOIROL, Olivier. *Filosofia social e pesquisa social. O problema hegeliano de Max Horkheimer a Axel Honneth*. In: MELLO, Rurion (Coord.) *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *O que é a teoria crítica?* Disponível em: http://www.nonfiction.fr/article-1985-p1-_redécouvrir_la_theorie_critique.htm. Acessado em: 01 abr. 2014.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica de Antonio Flavio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 47 – *Alimento e nutrição: no contexto dos objetivos de desenvolvimento do milênio*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



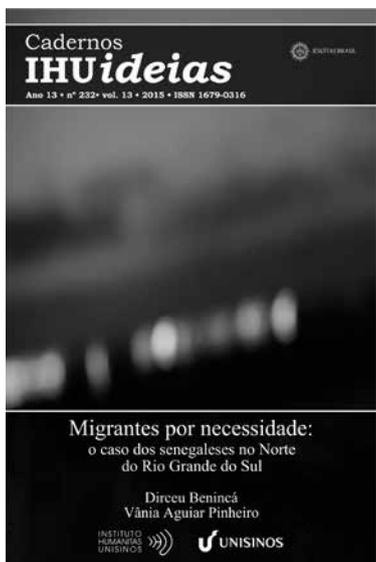
Nº 102 – *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 52 – *Ética e subjetividade: análise da estrutura subjetiva da vida ética segundo Lima Vaz* – Roseane Welter

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 232 – *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando o Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patricia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patricia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schütz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Morais Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Cami-neiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro



Elsa Cristine Bevian é professora titular do Departamento de Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, onde leciona Direito do Trabalho e Direito Sindical e coordenadora do Grupo de Pesquisas Trabalho, Constituição e Globalização na mesma instituição. Possui doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Durante o doutorado, passou pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, e pelo Instituto de Pesquisas Sociais (Institut für Sozialforschung), em Frankfurt. Sua Tese doutoral versa sobre “O Adoecimento dos

Trabalhadores com a Globalização da Economia e Espaços Políticos de Resistência”. É mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali, possui graduação em Direito pela FURB.

Algumas obras da autora

BEVIAN, Elsa Cristine. *Neodesenvolvimentismo e novas modalidades de degradação do trabalho no Brasil*. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 2, p. 259-262, 2015.

BEVIAN, Elsa Cristine; FERRAZZO, D. *Diagnóstico da Saúde do Trabalhador em Blumenau*. Revista Jurídica (FURB. Online), v. 18, p. 27-52, 2014.

BEVIAN, Elsa Cristine. FERRAZZO, D. *Ineficácia das cláusulas de convenção coletiva sobre validade de atestados médicos e odontológicos*. Revista jurídica (FURB. Online), v. 14, p. 135-149, 2010.

BEVIAN, Elsa Cristine; SCHERER, K. R. *Aspectos Legais de recursos humanos*. 1. ed. Blumenau / Gaspar – SC: EDIFURB e SAPIENCE, 2009. v. 01. 126p.

Outra contribuição da autora

BEVIAN, Elsa Cristine. *Capitalismo biocognitivo: máquina desumanizadora do trabalhador*. [16/11/2015]. Revista IHU On-Line, nº 477. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a João Vitor Santos.



UNISINOS